



## MULHERES SERGIPANAS NO MAGISTÉRIO: A EDUCAÇÃO DE EX-DOCENTES DO JARDIM DE INFÂNCIA DE ARACAJU “JOSÉ GARCEZ VIEIRA”

Ana Paula dos Santos <sup>1</sup>

### GT 12 – História da Educação

#### RESUMO

Este artigo faz parte de uma pesquisa fruto da dissertação de mestrado que, se encontra em fase de investigação sobre o Jardim de Infância José Garcez Vieira, inaugurado em 10 de novembro de 1944. O presente trabalho tem como objetivo aprofundar os estudos sobre História da Educação Feminina em Sergipe, procurando desenvolver uma análise sobre os caminhos traçados pela mulher para chegar ao magistério e sua contribuição para o desenvolvimento educacional da sociedade, verificando, especificamente, de que forma se deu essa influência no Brasil e em Sergipe. As fontes utilizadas para análise dessa trajetória foram documentos oficiais e institucionais, como atas, ofícios, decretos, entrevistas e depoimentos de ex-professoras, registros da imprensa e diplomas das respectivas professoras. Os aportes teóricos e metodológicos da Nova História Cultural possibilitaram subsídios para identificar que as moças sergipanas no início do século XX, eram encaminhadas para escolas particulares para realizarem o ensino primário e, em seguida, grande parte para a Escola Normal Rui Barbosa, que formou grande parcela de moças de famílias sergipanas.

**Palavras-chave:** Docentes. Educação feminina. Jardim de Infância.

#### ABSTRACT

This article is part of a research that is the result of the master's thesis, which is in the research phase on the José Garcez Vieira Kindergarten, inaugurated on November 10, 1944. The present work has as its objective to deepen the studies on History of Education Feminine in Sergipe, seeking to develop an analysis of the paths traced by women to reach the teaching profession and its contribution to the educational development of society, specifically verifying how this influence occurred in Brazil and Sergipe. The sources used to analyze this trajectory were official and institutional documents, such as minutes, offices, decrees, interviews and testimonies of former teachers, press records and diplomas of the respective teachers. The theoretical and methodological contributions of the New Cultural History provided subsidies to identify that Sergipe girls at the beginning of the twentieth century were referred to private schools for primary education, followed by a large part of the Rui Barbosa Normal School, portion of young women from Sergipe families.

**Key words:** Teachers. Female education. Kindergarten.

<sup>1</sup> Mestranda em Educação da Universidade Tiradentes, PPED/UNIT/SE, Bolsista PROSUP/UNIT, Especialista em Gestão Escolar (FSLF/SE), Licenciatura em Pedagogia/UNIT/SE. Integrante do Grupo de pesquisa: Sociedade, Educação, História e Memória (GPSEHM/UNIT/SE) e do Núcleo em Inclusão e Tecnologia Assistiva (NUPITA/UFS/SE). E-mail: [anapaulaufs@gmail.com](mailto:anapaulaufs@gmail.com)



## INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a presença da mulher no contexto do magistério na História da Educação. Analisar a história da presença da mulher, na História da Educação contribui para compreender a história da mulher no processo de expansão da escola pública no Brasil e do próprio movimento de feminização que ocorreu no magistério.

Segundo Castanho (2000) “nas duas últimas décadas do século XX, o campo da História da Educação, sob a influência da História Cultural, sofreu uma revolução no que se refere aos temas, objetos, fontes e contornos teórico-metodológicos”. Assim, ao olhar a nossa historiografia da educação, verificamos que estas são conquistas recentes.

Atualmente existe uma tendência na comunidade de historiadores quanto às renovações temática e metodológica relacionadas aos estudos nessa disciplina. Apresentar a mulher como sujeito histórico, é algo recente no campo da História, a qual vem desde os anos 1970, passando por uma expansão nos estudos históricos, atribuiu novas perspectivas para se estudar, escrever e interpretar a História. Desde o alargamento do conceito de documento, ao propor novos objetos de estudo, alguns historiadores vêm, ao longo dos anos, propondo novos enfoques para se compreender e escrever a História. A mudança na história nas últimas décadas, debruçando-se sobre temáticas e grupos sociais até então excluídos do seu interesse, contribui para o desenvolvimento de estudos sobre as mulheres. O interesse por práticas e materiais pedagógicos não considerados anteriormente, tais como “vasculhamento” de arquivos, estudos autobiográficos, dentre outros, nos fazem acreditar que está se formando uma nova geração de pesquisadores.

Segundo Vidal e Faria Filho, (2003), “desde a segunda metade do século XIX, tratados sobre história da educação brasileira foram elaborados por médicos, advogados, engenheiros, religiosos, educadores e historiadores e circularam no Brasil e no exterior”.

Este artigo é um recorte de uma pesquisa fruto da dissertação de mestrado que se encontra em fase de investigação, sobre o “Centro Municipal de Assistência à Criança”, hoje conhecido como “Jardim de Infância José Garcez Vieira”, inaugurado em 10 de novembro de 1944. O presente trabalho tem como objetivo aprofundar os estudos sobre História da Educação feminina em Sergipe, procurando desenvolver uma análise sobre os caminhos traçados pela mulher para chegar ao magistério e sua contribuição para o desenvolvimento educacional da sociedade, verificando especificamente de que forma se deu essa influência no Brasil e em Sergipe. As fontes utilizadas para análise dessa trajetória foram documentos



oficiais e institucionais como atas, ofícios, decretos, entrevistas e depoimentos de ex-professoras, registros da imprensa e diplomas das respectivas professoras. Os aportes teóricos da Nova História Cultural possibilitaram subsídios para identificar que as moças eram encaminhadas para escolas particulares para realizarem o ensino primário e em seguida grande parte para a Escola Normal Rui Barbosa, que formou grande parcela de moças de famílias sergipanas.

Sendo assim, a história de vida das entrevistadas possibilitou a compreensão da realidade vivenciada no cenário educacional sergipano em meados do século XX. Assim, como lembra Catani (1998), o fato de narrar a sua vida favorece a constituição da memória pessoal e coletiva, inserindo o sujeito professor “nas histórias” e possibilitando, a partir desse exercício, a compreensão e renovação de suas práticas. Ainda que cada depoimento contenha a sua particularidade, é possível identificar semelhanças nas informações transmitidas devido ao fato das educadoras dividirem o mesmo contexto sócio-histórico, conforme pode ser acompanhado posteriormente.

A mulher no contexto da História da Educação é vista com certa contradição, primeiro, pelo fato de ter sido marginalizada ao mesmo tempo em que foi integrada como educanda e mestre. Inicialmente tratada intelectualmente como inferior, mas ao mesmo tempo, foi considerada portadora de características essenciais para desempenhar a função de mãe e primeira educadora de acordo com o discurso positivista, no final do século XIX.

As trajetórias das professoras sergipanas foram marcadas por uma visão idealista da educação, percebida como um sacerdócio, o que é expresso em referências como “amor”, “vocação” e “doação”. O ser professor nesse período histórico está associado à noção de mestre sábio e respeitado. A ideia de compreender a memória de professoras da pré-escola em Aracaju tem como pressuposto a necessidade de ampliar os estudos sobre os professores sergipanos, e analisar a sua contribuição no cenário educacional em Aracaju. Foram realizadas entrevistas com as ex-professoras, através dos instrumentos metodológicos da pesquisa biográfica semi-estruturada através da coleta de depoimentos e da análise documental, procurando perceber as concepções e práticas do magistério, como também seus reflexos na formação educacional.

## A DOCÊNCIA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

A educação dispensada às mulheres inicialmente era específica às funções domésticas. Após a independência do Brasil, com o projeto nacional de formar o novo cidadão, a



educação tornou-se fundamental para a construção do cidadão brasileiro. Mediante este projeto de formação do novo cidadão, a mulher passou a ocupar o espaço escolar e sua presença revela que o processo de emancipação da escola se coaduna com os anseios de emancipação individual, reivindicações de igualdade e oportunidade profissional embora demonstre na realidade que essa adequação de mão-de-obra, serviu para atender ao projeto republicano brasileiro diante das necessidades do sistema social e econômico vigente.

Excursionar o século XX pelos caminhos da educação feminina, a formação das jovens professoras pelas escolas normais e a feminização do magistério, a formação da mulher durante alguns séculos foi relegada ao segundo plano. Com o advento Republicano, a mulher conquistou o direito de receber uma educação formal para atender as necessidades exigidas pela sociedade que se encontrava num processo histórico emergente. Nesse período, passou a ser preparada, para o mercado de trabalho, e assim, conquistar outros espaços, e distanciando-se das tarefas domésticas do lar. Nas primeiras décadas do século XX, foi o período em que se iniciou os primeiros movimentos pela libertação feminina, e com a inserção da mulher no espaço profissional.

O início da República aponta para a necessidade da educação da mulher, vinculando-a a modernização da sociedade, à higienização da família e à formação dos futuros cidadãos. Novas exigências são colocadas para as mulheres, que desde jovens devem ser preparadas para assumir o papel de educadora no lar. Os discursos liberais insistiam na escolarização primária da mulher e valorizavam como campo de atuação feminina, o espaço doméstico. (FREITAS, 2003, p.35).

Assim, exigia-se da mulher-mestra, preparo para se tornar uma espécie de mãe de seus alunos, para que recebessem dela os ensinamentos que os capacitassem servir a pátria. Essa ideia estava presente no imaginário daquelas professoras e ligada ao projeto político do Brasil, desde a sua Independência.

Ao longo das últimas décadas do Império, o crescimento do número de escolas femininas e a implantação de escolas mistas no mesmo período favoreceram o acesso das meninas e jovens a escolarização, embora não sendo suficiente para alterar a concepção vigente que as “mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas”. A educação escolar objetivava prioritariamente a formação moral e a constituição do caráter, em detrimento ao acesso aos conteúdos formais. Serem boas esposas e mães exemplares era o destino socialmente estabelecido para elas, que exigia uma moral adequada e bons princípios sociais.



A categoria masculina, é permitido e exigido, segundo o seu "caráter natural", serem mais fortes, destinados ao sucesso e à liderança. Estas características aparecerão como parte de sua natureza, o que vão colocá-los como mais capazes de violar os condicionamentos que lhes são apresentados. Enquanto para as mulheres, consideradas dóceis, frágeis e menos capazes de ousar, os elementos da educação são mais determinantes e cobram delas um comportamento submisso, entendido como constitutivo de sua condição feminina.

As escolas eram diferenciadas, ensinando modelos específicos de ser homem e de ser mulher, havia grande distinção em relação ao tipo de educação ensinada aos meninos e meninas. “Ao associar a educação dos gêneros às práticas cotidianas, acabava-se por gerar uma diferença brutal entre os dois sexos, uma vez que esses eram tratados como fundamentalmente desiguais” (LOURO, 1995, p. 175)

A educação feminina para alguns pais era entendida como aprender a ler e escrever, dentro dos lares e que o ensinamento oferecido aos meninos seria diferente. A ida dessas jovens ao convento significava aprender a bordar, coser, culinária, ler, escrever e contar, latim, música e história sagrada, era uma educação que preparava as jovens para o casamento em idade de tenra mocidade.

O movimento de feminização do magistério correspondeu a uma ampla transformação social relacionada ao projeto modernizador. Simultaneamente à urbanização e industrialização do país, aumentaram as possibilidades de trabalho para os homens, as expectativas de escolarização da população, a presença dos imigrantes e a ascensão de grupos sociais médios. Os homens foram, então, abandonando paulatinamente o magistério. Aqueles que ficaram foram sendo remanejados para funções mais altas como a de inspetores escolares e diretores para disciplinas específicas, de caráter mais técnico, justificando-se, desse modo a diferenciação salarial do corpo docente relativos ao gênero. O discurso sobre a incapacidade feminina, “[...] sua pouca energia e grande fragilidade física e intelectual” (ALMEIDA, 1998, p. 197), “descredenciava, pois, as mulheres a ocupar cargos mais altos na educação e as legitimava a ensinar disciplinas atribuídas ao gênero feminino, em especial, as prendas domésticas”. (NOVAES, 1991, p.129-130).

A profissão docente no Brasil vem passando por grandes transformações desde o século XIX, quando surgiram as primeiras Escolas Normais incumbidas da formação de professores para atuarem nas escolas primárias do país. Desde o período imperial, já existia o propósito de formar o professor para o magistério "primário", sendo que o governo imperial



responsabilizava-se pela manutenção dos cursos superiores então existentes e reduzidos e atribuía às províncias a responsabilidade pelo ensino primário e secundário.

A criação das escolas normais, nas décadas de 1930 e 1940 do século XIX, representou nova etapa no processo de institucionalização da profissão docente, o qual foi marcado pela restrição do controle estatal e pela busca de melhoria do estatuto sócio-profissional dos docentes. Os primeiros decretos de criação de Escolas Normais surgiram em vários pontos do país: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo. Nem todas essas instituições foram logo inauguradas.

Durante muito tempo, os estudos sobre o processo de formação de professoras não foi priorizado pela historiografia educacional brasileira. No entanto, ultimamente a experiência de vida de professoras como agentes educacionais e especificamente a feminização do magistério têm se tornado sujeito da memória. Dar vozes às mulheres professoras possibilita identificar e reconhecer espaços de resistências, além de desconstruir uma história da educação registrada em sua maioria por homens e respaldada por documentos oficiais.

No Brasil, a mulher adquiriu direito legal a educação pública, através da Lei Imperial de 15 de outubro de 1827, que previa a criação de escolas de primeiras letras nas cidades, vilas e lugarejos mais populosos, para meninos e meninas, em todo o território brasileiro. (FREITAS, Op. Cit, p. 52). A partir de então, foram implantadas as aulas de primeiras para meninos e meninas que deveriam ser providas, preferencialmente, por professoras.

Segundo Nunes (1984, p.47), em Sergipe, as primeiras aulas públicas de primeiras letras para meninas surgiram em 1831, nas cidades de São Cristóvão, Laranjeiras (SE) e Própria (SE). Em 1834, funcionavam 29 escolas de primeiras letras, das quais 25 eram masculinas e as 4 femininas. Dessa forma, funcionavam, neste mesmo ano, 12 aulas públicas que atendiam apenas aos alunos homens.

Durante muito tempo, os estudos sobre o processo de formação de professoras não foi priorizado pela historiografia educacional brasileira. No entanto, ultimamente a experiência de vida de professoras como agentes educacionais e especificamente a feminização do magistério têm se tornado sujeito da memória. Dar “vozes” às mulheres professoras possibilita identificar e reconhecer espaços de resistências, além de desconstruir uma história da educação registrada em sua maioria por homens e respaldada por documentos oficiais.

Um dos principais responsáveis pela naturalização dos papéis do homem e da mulher na sociedade é o processo educativo - ato eminentemente político, comprometido com a formação da personalidade dos sujeitos, responsável por transmitir-lhes valores, impor-lhes



proibições, apresentar-lhes e inculcar-lhes modelos com os quais cada um - homem ou mulher - deverá se identificar e, conseqüentemente, aderir, segundo sua natureza.

O Estado de Sergipe, como afirma Thétis Nunes (1984), é influenciado por alguns movimentos sócio-políticos como, “O Congresso Brasileiro de Instrução Secundária e Superior em 1922, a fundação da Associação Brasileira de Educação em 1924 e os amplos debates na Imprensa e no Parlamento sobre a realidade educacional brasileira traduziam a ânsia de renovação dominante”, bem como, também é identificado nos registros históricos que, em 1923, a Escola Normal passou a denominar-se “Rui Barbosa” e em 1926 recebeu novo Regulamento, que alterava o plano de estudo vigente com a ampliação do curso para cinco anos, assim identificando a ressonância dos ideais em nível do Brasil no Estado de Sergipe.

Em análise sobre a relação entre gênero e docência, a pesquisadora Guacira Louro (1997), afirma que algumas mudanças sociais ao longo do século XIX permitiram não somente “a entrada das mulheres na sala de aula, mas, pouco a pouco, o seu predomínio como docente.” A autora esclarece que para entender estas mudanças se faz necessário ir além dos decretos e leis que permitiram este movimento.

Talvez mais adequado seria entender que, naquele momento um processo de urbanização estava em curso, no interior do qual – além da presença de outros grupos sociais, como os imigrantes, de outras expectativas e práticas educativas e de outras oportunidades de trabalho – um novo estatuto de escola se instituiu. O magistério se tornará, neste contexto, uma atividade *permitida* e, após muitas polêmicas, *indicada* para mulheres, na medida em que a própria atividade passa por um processo de ressignificação; ou seja, o magistério será representado de um modo novo na medida em que se feminiza e para que possa, de fato, se feminizar. (LOURO, 1997, p.95).

No que diz respeito à formação docente, se analisada em uma perspectiva histórica, baseava-se no *faça como eu faço*, ou seja, os professores apenas repetiam aquilo que haviam aprendido em sua formação. Faziam seus planejamentos e os utilizavam, durante muito tempo, apenas repetindo aquilo que haviam aprendido, acreditando como sendo esta a única verdade e forma de realizar sua tarefa. Diante de tal situação e das diversas transformações pela qual a sociedade passou, vem passando e ainda passará, o professor se depara com muitos desafios tanto em seu processo de formação inicial, como no desenvolvimento de sua prática.

Behrens (1996, p. 95) cita dois principais desafios que os professores têm que transpor, “um relaciona-se ao profissional, que enseja um realinhamento do seu papel como docente; o outro se relaciona ao âmbito pessoal (...) na reconstrução de crenças, valores e convicções”. A



primeira etapa desse desafio tem sido mais comentado, mas o segundo que se refere ao aspecto pessoal, na maioria das vezes é esquecido, como se o professor não tivesse a sua prática direcionada também por este aspecto. Nóvoa comenta a respeito da dimensão pessoal e profissional no processo de formação docente.

A formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de autoformação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional. (...) a formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência. (NOVÓIA, 1995, p.25)

O autor salienta que, ser educador é educar-se constantemente por meio de aprendizado e da prática cotidiana em que, o conhecimento construído resulta em novas relações com outros conhecimentos que, por sua vez, geram novas construções. Desse modo, a profissão docente renova-se todos os dias.

## **A EDUCAÇÃO FEMININA EM SERGIPE**

Diante as críticas às correntes historiográficas tradicionais, deu-se início as mudanças e as novas abordagens no campo da história. Introduzindo a possibilidade e à diversidade de documentos que poderiam e deveriam ser utilizados pelo historiador. Entre essas novas tendências historiográficas, os Annales rompem com a escola sistemática, superando os limites da história nacional e abrindo horizontes mais amplos, renovando também, quando apresentam em primeiro lugar, o interesse pela atualidade e o presente.

Em Sergipe, os poucos registros deixados, apontam indícios pertinentes às construções de escritas biográficas de mulheres sergipanas que viveram entre os séculos XIX e XX e permanecem silenciadas na história, especificamente no que se refere às pobres e indigentes. As fontes atrelam-se a questões vinculadas às sentenças judiciais e às resoluções, como a de nº 979, aprovada pela Assembleia Provincial em maio de 1874, que autorizou o presidente da Província a criar um asilo para órfãos desvalidos.

O asilo de Nossa Senhora da Pureza foi criado com esse propósito. O crescimento da população de Aracaju, na década de 1920, além das questões econômicas e comerciais como a instalação de duas grandes indústrias têxteis a Fábrica Confiança e a Sergipe Industrial, pode



ser explicado pela grande migração do interior para a capital, entre outros fatores. A modernização da cidade e a maior oferta de oportunidades de emprego e de escolarização aumentaram o interesse para este processo migratório. Segundo Dantas (1999, p.48), em 1920, a população de Aracaju era aproximadamente de 37.440 habitantes e, em 1924, cresceu para 42.469 indivíduos.

Entretanto, o número de habitantes não correspondeu ao aumento do número de crianças e jovens escolarizados. O total de alunos matriculados no ensino primário em 1889 era menos de 2% da população. Em 1930, o percentual de atendimento subiu para quase 3% da população. Apesar do crescimento da matrícula do Colégio Atheneu e da Escola Normal e também do aumento do número de alunos concluintes do ensino primário na capital, os índices ainda apresentavam a seletividade do sistema de ensino e a restrita parcela da população que tinha acesso ao processo de escolarização oficial.

Na segunda metade do século XX, o magistério primário em Sergipe, aos poucos deixou de ser exercido apenas pelas jovens solteiras oriundas das classes mais favorecidas da sociedade. A partir da década de 1960, muitas jovens que procuravam o Instituto de Educação Rui Barbosa almejavam uma carreira e investiram de forma estratégica em busca de ascensão nesta profissão. O magistério, enquanto profissão passou a ser exercido de forma a garantir não apenas os meios de subsistência, mas também como espaço de realização profissional e de conquistas para algumas gerações.

Logo após a formatura no curso normal, as ex-alunas, geralmente buscaram os concursos públicos no âmbito estadual ou municipal para ingressarem no magistério público. Muitas delas passaram os anos iniciais do exercício do magistério lecionando no interior do Estado. Uma das estratégias mobilizadas em favor da ascensão profissional foi, à realização de cursos de graduação de licenciatura plena na Universidade Federal de Sergipe, criada em 1968, ou em outra instituição, de ensino superior privada. A conquista do diploma do curso superior significou para um grupo de entrevistadas a possibilidade de exercer funções de administração, orientação, supervisão e coordenação pedagógica, garantindo a ampliação do exercício do magistério para além da sala de aula.

Algumas também investiram em cursos de pós-graduação como especialização. A década de 1960, no âmbito educacional, não teve registros significativos com o objetivo de melhorá-los. Destacaram-se entre elas a criação do Colégio Estadual Rui Barbosa de Sergipe e o início da construção de um novo edifício para o Instituto de Educação Rui Barbosa. Além de Escola Superior de Serviço Social, contava o Estado com as Faculdades de Filosofia,



Ciências, Letras, Ciências Econômicas, Direito e Química, direcionando para essas instituições a aspiração das classes média e alta. As moças sergipanas no início do século XX em geral eram encaminhadas para escolas privadas, que funcionavam em regime de internato ou semi-internato, para realizarem o ensino primário e posteriormente a maioria delas seguiam para a Escola Normal Rui Barbosa, que formou várias gerações de intelectuais sergipanas.

Assim, em Sergipe, a presença das mulheres no magistério foi marcante, assim como em outros setores do mercado de trabalho como nas indústrias e nas atividades relacionadas com a esfera doméstica. A partir das primeiras décadas do século XX, mais precisamente na década de 1960, vamos perceber uma maior presença das mulheres em alguns campos profissionais, mas em outras áreas profissionais ainda era difícil o acesso ao trabalho feminino.

Na prática, a inclusão de mulheres de classe média e alta na força de trabalho provavelmente mais beneficiou a economia do Brasil do que beneficiou as próprias mulheres. Somente um pequeno número delas conseguiu verdadeira satisfação e independência com o trabalho assalariado, enquanto a economia em rápida expansão ganhou uma grande reserva de mão-de-obra facilmente explorável, que podia ser encaminhada para empregos rotineiros e de baixo status. Além disso, o ingresso de uma elite de mulheres em carreiras novas mais prestigiadas só muito gradativamente modificou os estereótipos da 'natureza' feminina. [...] (BESSE, 1930, P.180-181).

A participação feminina em atividades fora do lar, mas dentro da sala de aula, favoreceu o redimensionamento do estado feminino na sociedade. Sua valorização e diminuição do preconceito foi questão de tempo, pois, logo, ela conquistaria outros ramos de atividades. Diante do convite à industrialização, as moças procuravam o Curso de Formação de Professores Primários no Instituto de Educação Rui Barbosa, passaram a interessar-se por curso que poderiam lhe proporcionar uma formação geral, como o científico ou clássico, provocando uma diminuição significativa na demanda nesse ramo da educação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os finais dos oitocentos, propagou-se a presença feminina na educação da criança, no papel de orientadora e cuidadora da infância, mãe-professora, como um papel natural da mulher, cooperando com a escola no papel de formadora intelectual.

O Instituto de Educação Rui Barbosa foi responsável pela formação de várias gerações de professoras em Sergipe. Até meados da década de 1940, era única instituição de ensino



público dedicada à formação de professores ao lado de colégios confessionais que atuavam na capital e no interior do Estado.

A maioria das sergipanas estava acomodada aos papéis tradicionais de esposa e mãe, restritas ao ambiente doméstico. Subverter as fronteiras entre os limites do público e do privado, para as professoras a partir da década de 1960, era uma conquista que parecia ter sido realizada por algumas gerações anteriores, mas ainda assim causava uma certa dúvida. A maneira como cada uma delas lembrou os processos de formação, as conquistas na carreira docente, as marcas que deixaram em cada uma das instituições em que atuaram, a pluralidade das atividades que desenvolveram permitiram, em alguns momentos, aproximações mais incisivas aos processos de rupturas e de tensões em que estiveram envolvidas. No jogo político das lembranças e dos esquecimentos foi possível perceber como as professoras desenvolveram suas diferentes atuações, que táticas mobilizaram e como construíram suas marcas na ocupação do espaço público.

As mulheres não somente reivindicaram seu espaço, como também forçaram sua inserção nesse campo profissional e conseguiram ocupá-lo em poucas décadas. Contudo, foi possível perceber que, esse ofício é resultado de uma série de fatores externos, como a necessidade de mão-de-obra, a queda do poder aquisitivo da classe média e a expansão do número de escolas, dentre várias outras questões.

A maternidade aponta os dados analisados, continuava sendo avaliada como o principal papel da mulher, todavia os discursos mostram que uma nova função começava a aparecer como sendo também ligado ao da maternidade, o de educadora. Criar os filhos e educá-los eram atribuições consideradas naturais ao feminino. O papel de professora era tido como compatível com as qualidades femininas e indicado para as mulheres, já que não se contrapunha às determinações biológicas.

O crescimento da escolaridade obrigatória e a demanda pelo ensino primário, na passagem do século XIX para o XX, foram relevantes para que o poder público considerasse a mulher mais adequada ao ensino da infância, tem sido esse o ponto de vista aceito, quando se estuda a presença da mulher no magistério em Sergipe.

Observa-se, através da análise preliminar realizada neste trabalho, a importância dos estudos sobre educação, gênero e infância. Ao entrar em contato com os discursos e as práticas dessas professoras do século XX, foi possível perceber que as mulheres viam o magistério como uma “vocação”, destino ou até mesmo “talento”, para a profissão.



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jane. Soares de. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: UNESP, 1998.
- BEHRENS, M. A. **Formação continuada de professores e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 1996.
- BESSE, Susan. **Modernizando a desigualdade**. Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil 1914-1940. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- CALAZANS, José. Ensino público em Aracaju (1830-1871). In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, v. XV, nº 20, p.93-120, 1949-1951.
- CASTANHO, Sérgio. 2000. Questões teórico-metodológicas de História Cultural e Educação. IN: **Anais do 1º Congresso Brasileiro de História da educação**. Rio de Janeiro. SBHE. CDROM.
- CATANI, Denice Bárbara. Práticas de formação e ofício docente. In: BUENO, Belmira Oliveira; CATANI, Denice Bárbara; SOUSA, Cynthia Pereira de. **A vida e o ofício dos professores**. São Paulo: Escrituras. 1998.
- DANTAS, José Ibarê Costa. **O tenentismo em Sergipe**. 2. Ed. Aracaju: Gráfica J. Andrade Editora, 1999.
- FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Educação, trabalho e ação política: sergipanas no início do século XX**. Campinas: Faculdade de Educação. 2003. (Tese de Doutorado).
- FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Mulheres sergipanas e a imprensa: primeiras aproximações. In: **Revista de Aracaju**. Ano LIX, n.9. Prefeitura Municipal de Aracaju. Aracaju: FUNCAJU, 2002. pp.157-168.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- NÓVOA, Antônio. A formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, Antônio. (org.) **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe; Universidade Federal de Sergipe, 1984.
- VIDAL, Diana Gonçalves e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. “História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970)”. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.23, nº45, p.37-70. 2003.